

Eleições Municipais 2024

De olho nos crimes eleitorais

Cármen Lúcia e Barroso observam de perto os registros de tentativa de compra de votos e boca de urna, além de R\$ 1,7 milhão apreendidos e prisões de eleitores e candidatos. Mas destacam que prevaleceu a democracia no primeiro turno

» CAMILA CURADO

Tentativa de compra de votos, boca de urna, propaganda irregular e violações de sigilo marcaram o primeiro turno das eleições municipais de 2024. Para a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia, os crimes registrados não interferiram na “tranquilidade” porque, para ela, não houve “ocorrência significativa”. Porém, R\$ 1.750.974 em espécie foram apreendidos, cerca de 100 mil por hora, a maior parte relacionada a propaganda irregular e corrupção eleitoral.

Apesar dos números e registros, Cármen Lúcia e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, celebraram o clima das eleições e destacaram que a democracia prevaleceu. “As eleições deste ano ocorrem no 36º aniversário da Constituição, o mais longo período de estabilidade institucional da República brasileira”, disse. “Somos felizes que as instituições tenham assegurado a prevalência da democracia no Brasil.”

Cármen Lúcia ressaltou que os 11 ministros do STF acompanharam atentamente as eleições. “Nós queremos que os direitos sejam o dia a dia de todas as cidadãs e os cidadãos brasileiros. As eleições são isso, com tranquilidade e sem hostilidades maiores”, acrescentou ela. “Que bom que o Judiciário está junto para garantir eleições livres para todos os brasileiros.”

Registros

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) revelou que foram registrados 2.618 crimes eleitorais e 515 prisões, sendo 22 de candidatos (ver quadro). À frente do TSE, Cármen Lúcia acompanhou o monitoramento das eleições. Ela foi a Belo Horizonte para votar, enfrentou fila, antes das 8h, e voltou rapidamente para Brasília.

Para a ministra, é fundamental

Antonio Augusto/STF



A presidente do TSE (D) ressaltou que, apesar das intercorrências, o clima foi de “tranquilidade” e respeito aos direitos dos cidadãos

divulgar dados e balanços para buscar soluções para as irregularidades, ações que pertencem ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “O Comitê Integrado de Segurança para as Eleições constituído em junho foi criado exatamente para buscar isso. Agora, temos todos os órgãos de segurança, junto com o Poder Judiciário e o Ministério Público trabalhando dedicados nessa apuração”, informou ela.

Além da corrupção eleitoral e da propaganda irregular, houve denúncias de calúnia, ameaça, injúria e difamação, transporte ilegal, furto nos locais de votação, violência ou ameaça para obter votos, e tentativa de homicídio. Dos 245 registros, uma boa parte foi no Rio de Janeiro,

com 45 ocorrências; depois Ceará, com 19, Maranhão e Minas Gerais, ambos com 17. Localizada em Pedra Branca do Amapari, no Amapá, a seção eleitoral da aldeia indígena Waiápi recebeu oficiais da Polícia Federal em uma operação para fiscalizar o território e impedir que os povos da comunidade sofram interferência durante as votações. Coordenadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, em apoio à Justiça Eleitoral, a Operação Eleições 2024, a fiscalização das 5.570 cidades brasileiras foi feita pela PF em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e com a Força Nacional de Segurança Pública, com apoio das Secretarias de Segurança Pública dos estados.

Mais de 5 mil denúncias

Total de denúncias	5.795
Compra de votos e corrupção eleitoral	423
Propaganda irregular	309
Violação de sigilo	203
Boca de urna	1.057
Prisões	515 prisões
Candidatos detidos	22
Total de casos	245
Flagrantes	74
Inquéritos policiais instaurados	58
Termos Circunstanciados lavrados	113
Conduzidos	161
Total dos valores apreendidos	R\$ 1,7 milhão
Dinheiro em espécie	R\$ 520 mil
Bens apreendidos	R\$ 659.161

*Fontes: Polícia Federal e TSE



Somos felizes que as instituições tenham assegurado a prevalência da democracia no Brasil'

Luís Roberto Barroso

» Pico gera instabilidade

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que o pico de acessos gerou a instabilidade do aplicativo e-título. Pela ferramenta, os eleitores acessam seus documentos eleitorais digitalmente. Segundo a presidente do TSE, Cármen Lúcia, houve 7,6 milhões de requerimentos em um minuto. “Um número enorme de pessoas, no início da manhã, acessaram ao mesmo tempo, e era apenas na parte de justificativa. Então, houve realmente uma demora. É como se fosse uma fila: não houve problema algum, só uma lentidão na resposta do sistema”, disse ela, informando que, em seguida, houve a normalização do sistema.

Abstenção de mais de 21%

As eleições 2024 tiveram a segunda maior taxa de abstenção de um pleito municipal desde os anos 2000. O percentual de eleitores faltosos foi de 21,71%, ficando atrás apenas do pleito de 2020 — 23,15%, período da pandemia covid-19, inclusive, com a adoção de lockdown nos estados e municípios. A quantidade de pessoas que decidiram não votar surpreendeu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em relação à votação do primeiro turno de 2022, houve aumento, pois, na ocasião, 20,79% dos eleitores se abstiveram de participar. A presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, destacou que o número é elevado. “Tivemos 21,71% de abstenção, que continua sendo alto. Tivemos um comparecimento de 78,29% de eleitores. Neste domingo, tivemos justificativa com georeferenciamento por meio do e-título por parte de 2 milhões de eleitores. Houve um aumento de 29% nas justificativas, comparando com 2022.”

A ministra rebateu a afirmação de que a violência seria a responsável pela abstenção. “As causas de violência são muito distintas. Toda violência contrária ao direito precisa ser devidamente combatida. O normal é que a pessoa saiba que vai votar para exercer um direito. A violência não me parece ser fator preponderante neste caso”, disse.

Segundo Cármen Lúcia, outra surpresa foi a baixa ocorrência de inteligência artificial (IA) para manipular informações. Ela defendeu que o uso de IA e atuação das plataformas sejam reguladas. Mas afirmou que as resoluções definidas pelo TSE atuaram para coibir abusos. A ministra afirmou ainda que o número de urnas trocadas ficou dentro da normalidade e que o sistema eletrônico de votação funcionou como era esperado. “(Apenas) 0,6% das urnas precisou ser trocada. Tivemos o teste de integridade das urnas, que é mais um instrumento, não o único, da segurança”, ressaltou. “Eu mesma, na manhã de hoje, acompanhei a abertura dos trabalhos em Belo Horizonte. Agora à tarde, fiquei sabendo de um problema, ainda não específico, no Maranhão, não com o teste de integridade, mas com a filmagem.” (RS)

Estrangeiros elogiam sistema brasileiro

» RENATO SOUZA

As eleições municipais chamaram a atenção da comunidade internacional, que enviou uma comitiva para o Brasil. Representantes de 24 países integram o grupo que visitou ontem o Colégio Estadual da Polícia Militar Fernando Pessoa, em Valparaíso de Goiás, no Entorno do DF. Os observadores estrangeiros acompanharam as votações, avaliaram a forma como os eleitores são tratados pelos mesários e fiscais, a liberdade e o respeito aos direitos e às regras eleitorais.

Impressionados com a organização, a agilidade e a utilização prática da tecnologia, com o voto eletrônico, os observadores internacionais elogiaram o formato das votações no Brasil. Eles puderam avaliar in loco uma urna eletrônica apresentando problemas e sendo consertada quase que imediatamente e verificar em todas as seções um padrão único, sem distinção.

Valparaíso de Goiás foi escolhido para a visita porque ali está um dos principais colégios eleitorais da região, considerando que no DF não há eleições municipais. Integraram a comitiva representantes do local Turquia, Zimbábue, Ruanda, Rússia, Sérvia, Suécia, Timor Leste, Equador, França, Haiti, Indonésia, Irlanda, México, Moçambique, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Portugal, Coreia do Sul, Costa Rica, República Dominicana, Angola, Bolívia e Colômbia.

Os observadores foram divididos em grupos para

Ed Alves/CB/D.A. Press



Representantes de 24 países acompanham as votações em uma escola pública, em Valparaíso, em Goiás

acompanhamento das salas de votação. Durante a fiscalização no colégio, a comitiva acompanhou o momento em que foi constatado um problema em uma das urnas, pois uma falha técnica não permitia a captura da biometria dos eleitores. Foi necessário reiniciar a máquina para garantir que a votação

prosseguisse. Em seguida, a comitiva foi até a unidade do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Goiás em Valparaíso.

Para Regina Jeong, assessora política da Embaixada da Coreia do Sul, o processo de votação no Brasil alia sofisticação e acessibilidade. “É interessante por ser em escolas, então fica fácil para as

pessoas acessarem. Na Coreia, o voto é manual, mas o processo de apuração é digital. O resultado demora mais que no Brasil, mas ainda assim sai no mesmo dia”, disse.

Desafios

Às vésperas das eleições, os observadores internacionais se

reuniram com os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Participaram de painéis e de debates. A embaixadora de Gana, Abena Busia, e os embaixadores do Uruguai e do Chile, Guillermo Valles e Sebastián Depolo, por exemplo, participaram das discussões “Eleições pelo mundo: os desafios da era digital”.

Com eleições marcadas para dezembro em Gana, a embaixadora Abena Busia disse que “pleitos livres e justos são sempre um desafio para as democracias.” “Em qualquer lugar do mundo, não há um processo eleitoral como o do Brasil, por causa dos sistemas que foram estabelecidos, radicalmente diferentes, e que são seguros realmente”, afirmou.

O embaixador do Uruguai, Guillermo Valles, disse que o fenômeno da desinformação encontra mais espaço nos períodos eleitorais. “A ignorância é um terreno fértil para a desinformação nos períodos eleitorais, e não há respostas únicas. As realidades são diferentes, as mudanças são diferentes e impactam de forma diferente, de acordo com o terreno. Há sociedades com democracias mais frágeis.” Sebastián Depolo, embaixador do Chile, lembrou que seu país está a três semanas das eleições locais, após reformas na legislação chilena que incidirão diretamente no pleito. Lá, primeira vez, o voto será obrigatório. “A democracia tem que ser renovada constantemente. O voto é a melhor ferramenta para as mudanças desejadas”, salientou.